



FIESP, CIESP E ENTIDADES ORGANIZAM REUNIÃO SOBRE A GOVERNANÇA DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL

Reunião organizada pela Fiesp e Ciesp com diversos setores e associações teve como tema a adesão ao termo de compromisso de Logística Reversa. Entre os itens discutidos, a formação do Comitê Gestor Provisório, apresentação de seu regimento, calendário de reuniões com Associações e Sindicatos, bem como com as empresas associadas e com as operadoras e a possibilidade da realização de seminários para disseminação de informações.

O Sistema de Logística Reversa de Embalagens é a proposta desenvolvida pela Fiesp e o Ciesp, em parceria com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), que objetiva viabilizar a estruturação, implementação e operacionalização de sistema de logística reversa de embalagem que compõem a fração seca dos resíduos sólidos urbanos ou equiparáveis, visando ao reaproveitamento destas no ciclo produtivo, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

Destaques dessa edição

**Iniciativa
Empresarial em
Clima apresenta a
ferramenta
AdaptaClima na
FIESP**

Pag. 7

**Cartilha de
Conformidade
Ambiental para
a Indústria**

Pag. 8

**Ibama define
novas regras para
o Cadastro
Técnico Federal**

Pag. 16

**Inscrições abertas:
Prêmio Fiesp de
Conservação e
Reúso de Água -
2019**

Pag. 19

No radar

Pág.10

**Diplomas
recentes**

Pág.14

Monitore

Pág.18

Agende-se

Pág.19

Aconteceu

FIESP, CIESP E ENTIDADES ORGANIZAM REUNIÃO SOBRE A GOVERNANÇA DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL

Reunião organizada pela Fiesp e Ciesp com diversos setores e associações no dia 26 de junho teve como tema a adesão ao termo de compromisso de Logística Reversa. Entre os itens discutidos, a formação do Comitê Gestor Provisório, apresentação de seu regimento, calendário de reuniões com Associações e Sindicatos, bem como com as empresas associadas e com as operadoras e a possibilidade da realização de seminários para disseminação de informações.

Após a assinatura recente, em maio, de Termo de Compromisso por diversos setores, é preciso passar à ação o mais rápido possível e à implementação do sistema a fim de estabelecer governança e também os próximos passos necessários, disse José Ricardo Roriz Coelho, presidente em exercício da Fiesp e do Ciesp. Ele ressaltou a presença de 22 entidades signatárias e outras potenciais, 7 operadoras e 3 entidades intervenientes –

Fiesp, Ciesp e a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). A adesão é voluntária.

Para dar apoio ao processo de implementação, o Comitê Gestor Provisório deverá ter atuação até março de 2019, data de entrega do primeiro relatório. “É importante estabelecer periodicidade. Neste primeiro momento, revisão e definição do regimento interno, regras de entrada e saída do Comitê, regras para operadoras, certificadoras e de comercialização de certificados”, pontuou Roriz, afirmando a importância do engajamento das indústrias associadas e a estratégia para envolvimento das demais federações a fim de ser extensivo e facilitar o intercâmbio de informações entre os Estados.

A coordenação do Comitê, na Fiesp, estará a cargo de Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Fiesp e do Ciesp e diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS). “Trata-se de um marco inicial para operacionalizar o sistema e mobilizar os associados.



Há preocupação dos setores sobre a abrangência em função de entidades no âmbito nacional. Nosso projeto desenha melhoria do sistema de Logística Reversa (LR), o que já vem sendo feito, e não colide com outras iniciativas”, explicou. Entre os objetivos, estabelecer ações institucionais e elevar a recuperação de materiais na LR.

Para Carlos Roberto Vieira da Silva Filho, diretor presidente da Abrelpe, “é preciso viabilizar a triagem da fração indiferenciada de resíduos sólidos urbanos, o que não vai conflitar com o que já está incorporado em outros sistemas, que hoje representam 4%. Estamos tratando de embalagens pós-consumo, que é vinculada ao tamanho do mercado consumidor e não do produtor. Em São Paulo, há o maior volume de embalagem pós-consumo”, disse.

De acordo com ele, como o maior volume e o maior mercado consumidor do país se encontra na região Sudeste, o sistema de LR já daria conta de metade da responsabilidade. “Em termos de volume de resíduos, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo respondem por 52% dos resíduos sólidos urbanos do país.

Das 78 milhões de toneladas anuais, no país, 40 milhões se localizam nestes quatro Estados.

Anicia Pio, gerente do DDS, detalhou a composição do Comitê Gestor Provisório, formado por fabricantes e outros (produtores de bens de consumo; fabricantes de embalagens; varejistas; importadores; outros atores da indústria); e operadores (empresas de coleta e triagem; empresas de tratamento e descaracterização; recicladores; cooperativas; outros atores). “Para ter equilíbrio econômico, é necessário ter sustentabilidade no curto, médio e longo prazos, pensar em questões tributárias e também de rastreabilidade”, afirmou.

Fonte: Agência Indusnet

CÂMARA AMBIENTAL DA INDÚSTRIA PAULISTA DEBATE SOBRE LOGÍSTICA REVERSA



Em reunião realizada em 26 de julho, a Câmara Ambiental da Indústria Paulista - CAIP, debateu o Sistema Fiesp/Ciesp de Logística Reversa de Embalagens em Geral; o Termo de Compromisso de Logística Reversa, o Portal de Resíduos Sólidos, além das medidas do governo para acompanhamento e ações, e atualizações referentes à revisão da Resolução Conama 03/90 sobre padrões de qualidade do ar.

No âmbito estadual, houve debate sobre o licenciamento ambiental, o andamento da ação impetrada contra a Cetesb, para a suspensão da aplicação dos efeitos do Decreto Estadual nº 62.973/2017. E, por fim, discutido a devolutiva da consulta pública sobre o estudo de baixo carbono para as indústrias do Estado de São Paulo de 2014 a 2030.

O diretor adjunto do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), Mario Hirose, reforçou a importância da economia circular, um novo mercado já implementado na Europa, cuja prática traz credibilidade, certificação, governança e a eliminação de disposição de rejeitos. Hoje, em São Paulo, apenas 3% do que é recolhido chega a ser reciclado, por isto, há um mercado promissor quando se trata de negócios ligados à reciclagem. E, nesse sentido, enfatizou a importância do associativismo. “A Fiesp é a entidade de defesa da indústria e dos seus sindicatos associados a fim de tratar de seus objetivos estratégicos”, disse.

Outro tema tratado foi o acompanhamento das ações de implementação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), além das ações do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima. Há mecanismos que muitas indústrias desconhecem, como as possibilidades de uso do Fundo Verde e dos Green Bonds.

LOGÍSTICA REVERSA E DECISÃO DE DIRETORIA DA CETESB Nº 76/2018

Também foi discutida na CAIP a Decisão de Diretoria Cetesb nº 76/2018.

De acordo com esta norma, deverão realizar a logística reversa de suas embalagens os empreendimentos que fabricam ou sejam responsáveis pela importação, distribuição ou comercialização de produtos alimentícios, bebidas, produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos e produtos de limpeza e afins, desde que licenciados pela Cetesb por meio do licenciamento ordinário.

Será aplicada a progressividade descrita a seguir: a partir de 1º de outubro de 2018 para aqueles empreendimentos que possuam instalação com área construída acima de 10.000 m²; a partir de 2019 para aqueles que possuam instalação com área construída acima de 1.000 m², com a cobrança incidindo quando da solicitação ou renovação da licença de operação; e a partir de 2021, para todos os empreendimentos sujeitos ao licenciamento ordinário, com a cobrança incidindo quando da solicitação ou renovação da licença de operação.

Segundo a norma, o atendimento das metas (22% para 2018) deve ser comprovado por meio das respectivas notas fiscais ou documento equivalente. Os resultados devem ser demonstrados anualmente via formulário do Relatório Anual de Sistema de Logística Reversa, a ser preenchido até 31 de março de cada ano, referente ao ano anterior.

No que diz respeito à Logística Reversa de embalagens em geral, o Sistema proposto pela Fiesp atende à legislação estadual, além de possuir a rastreabilidade das notas fiscais, trazendo transparência ao processo. As empresas interessadas deverão entrar em contato com seus respectivos Sindicatos ou Associações ou ainda com sua respectiva regional do Ciesp.

Fonte: Agência Indusnet

CONSELHO SUPERIOR DO AGRONEGÓCIO DA FIESP DISCUTE DESAFIOS PARA A PROTEÍNA ANIMAL



A reunião do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (Cosag) contou com a participação do ex-ministro Aldo Rebelo e, como expositor, Fernando Galetti de Queiroz, CEO da Minerva Foods, que falou sobre perspectivas e desafios da cadeia produtiva de proteína animal no Brasil. Jacyr Costa, presidente do Cosag, conduziu a reunião.

A crise tem efeito no consumo e no investimento, disse Queiroz. Também a ineficiência tributária impede que diferentes regiões desenvolvam suas vantagens competitivas. Destacou a posição de liderança do Brasil em diversas commodities do agronegócio.

232 milhões de cabeças em 2018 consolidam o Brasil como maior produtor de carne bovina no mundo, disse. E a produtividade tem crescido, com mais cabeças de gado por hectare. Também houve diversificação de países para os quais o Brasil exporta, mas ainda há desafios. Japão e Coreia do Sul ainda estão fora dos destinos brasileiros, e a exportação para a Rússia está proibida.

Há potencial para novos mercados, como a Indonésia. A conquista de mercados *premium* pode aumentar a remuneração para os produtores, ressaltou. Carne de frango e de suínos segue o mesmo caminho, mas encontra maior concorrência local, por suas características de produção, que é padronizada.

Setor privado e governo precisam estar alinhados para a conquista de novos mercados, defendeu.

A vantagem comparativa da América do Sul está nas commodities agrícolas, disse, lembrando que não se deve pensar somente da porteira para dentro, é preciso considerar a cadeia como um todo.

AMEAÇA ÀS PLANTAÇÕES

Roberto Jank, diretor da Agrindus, falou sobre o javaporco, híbrido de javali (espécie exótica invasora) e porco que provoca prejuízos ao agronegócio. Segundo Jank, no fim da safra de cana os animais atacam outras lavouras. A Lei Estadual nº 16.784, de 28 de junho de 2018, explicou, impede o abate dos javaporcos, e isso inviabiliza o controle que tinha sido iniciado e havia permitido a volta da safrinha em São Paulo.

Jank destacou que os caçadores, e não o agronegócio, o grande prejudicado pela situação, têm atuado pela reversão da lei. Ele defendeu melhora na comunicação dos produtores.

Aldo Rebelo comentou o fato, lembrando dos benefícios trazidos pelo controle biológico. "O mundo inteiro pratica esse tipo de controle", disse, destacando que o Ibama havia regulamentado o tema. Ressaltando o mérito da questão ambiental, Rebelo afirmou que ela é usada como arma da guerra comercial.

O deputado estadual Itamar Borges (PMDB), presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa de São Paulo, explicou o processo de aprovação da lei e disse que o governador do Estado deve emitir decreto regulamentador nos próximos dias, corrigindo a distorção.

Duarte Nogueira, prefeito de Ribeirão Preto, destacou a inconstitucionalidade da lei. O Legislativo a criou, o Executivo não a vetou, e por ser inconstitucional – porque o tema já é tratado por legislação federal – deverá ser derrubada por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade. Também, por gerar custos para o Executivo, deveria ter sido proposta por ele, e não pelo Legislativo.

Fonte: Agência Indusnet

CONFIANÇA DO AGRONEGÓCIO CAI 8,6 PONTOS NO 2º TRIMESTRE

O Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro), medido pelo Departamento do Agronegócio da Fiesp (Deagro) e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), marcou 98,5 pontos no 2º trimestre deste ano. O resultado representa queda de 8,6 pontos em relação ao 1º trimestre, quando alcançou o valor mais elevado (107,1) desde que o indicador começou a ser medido, no fim de 2013. O resultado ligeiramente abaixo dos 100 pontos indica pessimismo moderado, de acordo com a metodologia do estudo. A pesquisa foi feita com 645 produtores e industriais do agronegócio.

As entrevistas para o levantamento do índice ocorreram durante e logo após a greve dos caminhoneiros que praticamente paralisou o país por cerca de 10 dias do fim de maio ao início de junho. "O movimento colocou em evidência a perda de fôlego da recuperação econômica e as dúvidas quanto aos projetos que emergirão das urnas nas próximas eleições. De fato, a principal contribuição para a perda de confiança se deve à piora significativa na percepção quanto a situação do país, que caiu bruscamente em todos os elos pesquisados da cadeia", destaca Roberto Ignácio Betancourt, diretor titular do Deagro da Fiesp. Isoladamente, esse indicador recuou 41,7 pontos de um trimestre para o outro, uma queda inédita.

O recuo do indicador foi percebido em todos os segmentos pesquisados. A indústria antes da porteira (insumos agropecuários) atingiu 99,2 pontos, queda de 16,9 pontos ante o trimestre imediatamente anterior. Essa é a maior queda trimestral desde que o indicador começou a ser medido, e o primeiro resultado abaixo de 100 pontos desde o 2º trimestre do ano passado.

Para a indústria depois da porteira (como as de alimentos e tradings), houve retração de 7,9 pontos, para 98,2 pontos, ante o último levantamento.

Para ter acesso a todos os dados do IC-Agro, acesse: <http://www.icagro.com.br/>



ICAGRO
Índice de Confiança do Agronegócio

BNDES ANUNCIA NOVAS CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO PARA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA E ECONOMIA FLORESTAL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou novas condições de financiamento para projetos que promovam a recuperação, a manutenção e o uso sustentável da vegetação em biomas brasileiros. A novidade está alinhada com a implementação do Novo Código Florestal e com os compromissos internacionais assumidos pelo país no Acordo de Paris.

Podem receber apoio financeiro do BNDES, por exemplo, empreendimentos de restauração ecológica com espécies nativas; de manejo florestal de áreas com vegetação nativa existente; de plantio biodiverso de espécies nativas com fins econômicos, plantio homogêneo de espécies nativas e plantio consorciado de espécies nativas e exóticas em reservas legais; e sistemas agroflorestais.

Entre os itens financiáveis, estão a aquisição de sementes e mudas, a compra de máquinas e equipamentos, a implantação de cercas e viveiros, a contratação de treinamentos e de assistência técnica, entre outros.

Entre os programas e linhas de crédito do BNDES voltados para restauração ecológica e economia florestal, destacam-se o Programa Fundo Nacional de Mudança do Clima (Fundo Clima), o BNDES Finem – Recuperação e Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade e o BNDES Finem – Agropecuária. Os financiamentos com essa finalidade também podem combinar diferentes linhas, com diferentes condições.

As condições preveem as menores taxas oferecidas pelo BNDES, valor mínimo para financiamento de R\$ 3 milhões, a depender da linha, e participação do Banco de até 80% do projeto.

Meio ambiente – O anúncio das novas condições ocorre em um período de preparação para uma nova fase do Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012), em que os proprietários rurais deverão aderir aos Programas de Regularização Ambiental (PRA) de cada estado da federação. A partir de janeiro de 2019, com o fim do prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR),

as instituições financeiras só poderão conceder crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no cadastro.

O anúncio também está em linha com o esforço nacional de implementação do Código Florestal. Além disso, o Brasil se comprometeu internacionalmente no Acordo de Paris a restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030.

Fonte: Editado de BNDES

Link encurtado: <https://goo.gl/VGhG5s>

MISSÃO TÉCNICA DE MOÇAMBIQUE VISITA A FIESP

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável recebeu os membros da Missão Técnica do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural de Moçambique, quando foram apresentadas as ações desenvolvidas pela Fiesp na área ambiental, com grandes possibilidades de sinergia entre os dois países.

Dentre os temas discutidos que versavam sobre resíduos, mudança do clima, economia circular e desenvolvimento industrial entre outros, a Federação das Indústrias se dispôs a auxiliar os representantes de Moçambique nos contatos com Instituições Brasileiras e fornecer subsídios para a implementação de alguns serviços por meio do Ministério da Indústria e Comércio, a exemplo dos que são oferecidos pela Fiesp para as Indústrias Brasileiras, tais como: Bolsa de Resíduos e o Sistema Monitore de alertas ambientais.

Fonte: AfroChamber – Press Release





INICIATIVA EMPRESARIAL EM CLIMA (IEC) APRESENTA AO SETOR EMPRESARIAL FERRAMENTA COM FOCO EM ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

A Iniciativa Empresarial em Clima (IEC) organizou evento na Fiesp no dia 10 de agosto para divulgação da Plataforma AdaptaClima. Além da apresentação da plataforma e seus recursos, foram relatados cases de adaptação.

As alterações climáticas globais causam impactos relacionados ao clima, como ondas de calor, secas, inundações e ciclones, afetando infraestrutura e a oferta de serviços básicos e provocando outros danos irreparáveis, como a perda de vidas. A redução de níveis de precipitação compromete diversas atividades econômicas, inclusive a indústria.

Na abertura, Mario Hirose, diretor-adjunto do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp, explicou que o tema clima é transversal a diversas áreas, tais como relações internacionais, energia, infraestrutura e desenvolvimento sustentável. A Fiesp participa, por meio de seu Comitê do Clima, das discussões globais das Conferências das Partes, que culminaram na COP21 com o Acordo de Paris e a necessidade de implementação na NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) brasileira. É preciso pensar em ações eficazes a médio e longo prazos, mitigação e principalmente adaptação.

De acordo com a IEC, mesmo que os compromissos de mitigação sejam alcançados, faz-se necessário investir na redução de impactos e construção de resiliência nos sistemas socioeconômicos; a ação orientada para criar este tipo de capacidade constitui o eixo de trabalho dedicado à adaptação. Trata-se de uma agenda importante para o Brasil, pois envolve a competitividade da indústria. No foco da AdaptaClima estão a disseminação do conhecimento desta ferramenta e a otimização da agenda.

Nelcilândia de Oliveira Kamber, coordenadora-geral substituta do Ministério do Meio Ambiente, apresentou o Plano Nacional de Adaptação- PNA, a situação atual da adaptação, no Brasil e a introdução da Adaptaclima neste contexto. "A mudança climática afeta o setor empresarial, traz impactos, as medidas de adaptação trazem novas oportunidades de negócio", afirmou. Kamber apresentou as etapas e as ações realizadas no PNA de diversos projetos abrigados no guarda-chuva do tema, tais como projeto de biodiversidade e MC na Mata Atlântica, os desastres, enchentes e deslizamentos, além da seca que afeta a agricultura e a disponibilidade hídrica.

Mariana Nicolletti, gestora e pesquisadora no Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV EAESP-FGVces, coube discorrer sobre o projeto Adaptaclima e seu processo de construção, seus recursos e esta ferramenta como apoio para as empresas implementarem suas ações de adaptação. Ela também apresentou desafios para sua implementação, objetivos, produtos, seus eixos e conteúdo. Nesse sentido, o AdaptaClima é uma rede constituída por diversos atores.

Entre os cases apresentados, Eduardo Hosokawa, como coordenador da Comissão Municipal de Adaptação de Mudança do Clima de Santos, exibiu os resultados obtidos. Já Francisco Maciel (CEO CIOESTE, Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo) tratou das vulnerabilidades climáticas em São Paulo.

A moderação foi realizada por Reinaldo Canto, colunista da Carta Capital, da Envolverde e do ROL-Rede On-Line da Cidadania.

Para conhecer a plataforma visite o site do Ministério do Meio Ambiente: <http://adaptaclima.mma.gov.br/>



Fonte: Agência Indusnet



CARTILHA DE CONFORMIDADE AMBIENTAL PARA A INDÚSTRIA



A Cartilha de Conformidade Ambiental para a Indústria, elaborada pelo Grupo de Estudos de Direito Ambiental da Fiesp e do Ciesp, propõe-se a auxiliar na estruturação e/ou aperfeiçoamento de um Programa de Conformidade Ambiental (PCA) para qualquer tipo de indústria, independentemente de seu porte e orçamento.

Para tanto, são apresentadas as principais diretrizes e orientações, com o propósito de auxiliar a criação e a propagação de uma cultura empresarial focada na identificação e gestão de riscos ambientais, mediante adoção de procedimentos, políticas, sistemas de controle interno e externo, identificação de requisitos e outras práticas adequadas para auxiliar na conformidade com as diversas normas e regulamentações, relacionadas às atividades empresariais, prevenindo a ocorrência de danos ao meio ambiente e à reputação da empresa.

Para download da cartilha:
<https://goo.gl/inHYg6>

Fonte: Agência Indusnet

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo (SMA) está organizando em conjunto com os Comitês de Bacias Hidrográficas oficinas para construção participativa do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo.

As oficinas servirão de subsídios para construção de uma ferramenta que oriente o desenvolvimento ambiental, social e econômico do estado, considerando suas potencialidades e vulnerabilidades naturais e socioeconômicas.

Os representantes dos DDS Fiesp e Ciesp participaram das primeiras oficinas ZEE realizadas em Tatuí (CBH-SMT); Presidente Prudente (CBH-PP); Piracicaba (CBH-PCJ); Alto Tietê (CBH-AT); Ribeirão Preto (CBH-Pardo) e São José do Rio Preto (CBH-TG).

O QUE É O ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO (ZEE) ?

O ZEE é um instrumento técnico e político de planejamento que estabelece diretrizes de ordenamento e de gestão do território, considerando as características ambientais e a dinâmica socioeconômica de diferentes regiões do estado. Tem como finalidade subsidiar a formulação de políticas públicas em consonância com diretrizes estratégicas de desenvolvimento sustentável, bem como orientar o licenciamento de atividades produtivas de forma coerente com esses objetivos.

Para conferir o calendário das próximas oficinas do ZEE: Entender para Participar, acesse:

<http://www2.ambiente.sp.gov.br/portalezee/>

Fonte: Editado de Secretaria do Meio Ambiente

FIESP

PORTAL
**CLIMA
EM DEBATE**

CIESP ARARAQUARA LANÇA PRÊMIO DE MÉRITO AMBIENTAL



Em junho, o Ciesp - Regional Araraquara lançou o Prêmio de Mérito Ambiental. Com o objetivo de destacar trabalhos e projetos que promovem ações protetivas ao meio ambiente no meio empresarial, a iniciativa foi apresentada em um evento realizado no Sesi Araraquara e contou com diversos convidados.

Na ocasião, também foram realizadas palestras sobre a liminar da Cetesb; atendimento a Decisão de Diretoria Cetesb nº 076/2018, bem como apresentação do Termo de Compromisso firmado entre Fiesp/Ciesp, Sindicatos e Associações de fabricantes para o atendimento da Logística Reversa e a apresentação de projetos ambientais de sucesso das empresas Intelli Indústria de Terminais Elétricos e Lenovo Tecnologia Brasil. Também foi realizada uma homenagem aos 50 anos da Cetesb.

Segundo Ademir Ramos, diretor do Ciesp-Araraquara, o evento também funcionou como um encontro de conhecimento e de troca de experiências na área. "Com essa iniciativa, queremos inspirar os participantes a investirem em ações assertivas com foco no meio ambiente".

Para mais informações sobre o Prêmio de Mérito Ambiental, entre em contato com o Ciesp pelo e-mail eventos@ciespara.com.br ou pelo telefone (16) 3322-1339.

A sede regional fica na Avenida Prof. Augusto Cezar, 1090, Centro, Araraquara-SP.

Fonte: Editado de Boletim CIESP Araraquara

NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CIESP JAÚ

Evento em que foi apresentado e discutido o financiamento de projetos voltados para preservação de recursos hídricos com linha de financiamento dos comitês de bacia, Fehidro e Cobrança pelo uso da água. A proposta é incentivar a indústria da região a elaborar projetos para utilizar esse recurso.

SEMINÁRIO: PERSPECTIVAS PARA O REÚSO DE EFLUENTES VOLTADOS À INDÚSTRIA NAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

O DDS palestrou no seminário "Perspectivas para o reúso de efluentes voltados à indústria nas bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ)" organizado pela Câmara Técnica da Indústria dos Comitês PCJ-CT Indústria e Banco Mundial/*Water Resources Group* 2030. A Fiesp apresentou a visão da indústria quanto ao tema do reúso com destaque as inseguranças jurídica, regulatórias e institucionais, assim como os indicadores de qualidade a serem estabelecidos entre produtor e consumidor. Os próximos passos serão discutidos na CT-Indústrias, com coordenação do Ciesp-Campinas.

PALESTRA: "ÁGUA: EMPREGO E SUSTENTABILIDADE"

O DDS realizou palestra para 150 alunos da unidade do Senai de Americana intitulada: Água: Emprego e Sustentabilidade. O evento comemorativo ao Dia Mundial do Meio Ambiente contou com a presença de professores e alunos da unidade. Foram distribuídos redutores de vazão a cada um dos presentes no âmbito da campanha "Água na Medida".

**Confira o Manual de
Uso Racional de
Água no Setor
Industrial**

<https://goo.gl/3D16Qw>



GRUPOS DE MEIO AMBIENTE

DIRETORIAS REGIONAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE, BAURU E ALTA PAULISTA

Reunião dos GMA das DRs de Presidente Prudente, Bauru e Marília para apresentação aos associados dos novos procedimentos para incorporação da logística reversa no âmbito do Licenciamento Ambiental, Decisão de Diretoria Cetesb nº 076/2018/C. O Sistema de logística reversa de embalagens em geral, desenvolvido pela Fiesp e Ciesp em conjunto com sindicatos e associações de indústrias, também foi apresentado aos associados.

DR CAMPINAS

O Grupo de Meio Ambiente do Ciesp Campinas realizou reunião ordinária para discussão sobre o decreto estadual e ações quanto ao reajuste das taxas de licenciamento no Estado de São Paulo, Bolsa de Resíduos da Fiesp e registro das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

DR LIMEIRA

O Grupo de Meio Ambiente do Ciesp Limeira realizou reunião ordinária para discussão sobre os impactos na indústria com alterações na legislação de transportes perigosos e avaliação do workshop de boas práticas ambientais, promovido em maio e que voltará a acontecer em 2020.

OUTROS SERVIÇOS



PORTAL DE RESÍDUOS

Nele é possível acessar a Bolsa de Resíduos; endereços de onde reciclar os resíduos; cases de sucesso relevantes da indústria em relação a esse tema, os acordos setoriais e os Termos de Compromisso vigentes, a legislação específica e estatísticas, publicações e documentos relacionados à área de resíduos.

Saiba mais em: <https://goo.gl/Tr94PQ>

NO RADAR



196

Representações em
Fóruns/Colegiados

ACÚSTICA

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Reunião da Comissão de Estudo de Desempenho Acústico em que se discutiu as contribuições da consulta pública sobre a revisão da Norma ABNT NBR 10.151. Esta norma trata da avaliação do ruído em áreas habitadas, visando ao conforto da comunidade. Na ocasião, o texto foi fechado e será encaminhado à editoração da ABNT para posterior publicação, ainda sem previsão.

BIODIVERSIDADE

Área de Proteção Ambiental (APA) Rio Batalha

Reunião do Conselho Consultivo da APA Rio Batalha na Reserva Indígena Araribá, localizada no município de Avaí/SP, quando foi apresentado a devolutiva das contribuições obtidas para o plano de manejo. A Fiesp e o Ciesp obtiveram aprovações nas contribuições voltadas para as exigências do processo de licenciamento, uso de agroquímicos, organismos geneticamente modificados e programas de capacitação do produtor rural.

Estações Ecológicas de Avaré e Marília

O DDS participou das Audiências Públicas para apreciação e aprovação dos planos de manejo da estação ecológica de Avaré e de Marília. Na condução da elaboração e aprovação do plano de manejo, o DDS acompanhou as propostas com impacto ao setor produtivo industrial e agroindustrial, prezando pela defesa do atendimento a legislação vigente.

CONSELHOS AMBIENTAIS

Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Reunião em que foi apresentado o Projeto "MAPBiomias acompanhando as transformações da cobertura e uso do solo no Brasil" pelo SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima). Também foi apresentado o Panorama da Gestão de Resíduos Sólidos na cidade de São Paulo" pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – Amlurb.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

O CNRH realizou durante o mês de junho as assembleias eleitorais para eleição da nova composição do plenário do Conselho. A Fiesp foi eleita na titularidade de uma das vagas do setor industrial. Também compõe a representação do setor, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o Instituto Aço Brasil, as Federações de Indústria dos Estados da Bahia e Goiás e o Fórum Nacional Sucroenergético, na condição de suplentes.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

O CRH realizou reunião plenária para posse dos novos representantes do segmento sociedade civil que comporão o plenário no biênio 2018-2020. Representarão os usuários industriais de recursos hídricos a Fiesp, como titular, e o Ciesp, como suplente. Na ocasião, também foi aprovado os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas.

Cobrança pelo uso dos recursos hídricos

A câmara técnica de cobrança do CRH realizou reunião para analisar o estudo de fundamentação e deliberação da cobrança do Comitê de bacia do Litoral Norte (CBH-LN) e após complementação, a proposta foi aprovada pela CT-Cob com ajuste no texto da Deliberação do CBH-LN. Na ocasião, também foram definidos novos coordenador e relator e proposto o calendário de reunião da CT.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Reunião ordinária do Plenário do Consema para aprovação da minuta do edital de concessão do Parque Estadual de Campos do Jordão;

Câmara Técnica Processante e de Normatização do Consema

A Comissão deu continuidade as discussões à respeito da minuta de deliberação que visa revisar a Deliberação Consema nº 06/96, que trata dos casos de suspeição dos conselheiros; e deliberou pela indicação do Conselheiro Alan Romão para relatoria do Recurso Especial AIIPM 25000649 – de 17/01/17 – interposto pela Vale Fertilizantes S/A – Cubatão.

Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas do Consema

Reunião em que foram aprovados o relatório final da Comissão, com manifestação favorável à aprovação dos Planos de Manejo do Parque Estadual de Itaberaba e do Parque Estadual de Itapetinga, na mesma ocasião a Comissão discutiu os Planos de Manejo do Monumento Natural Pedra Grande e da Floresta Estadual de Guarulhos.

COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICAS

Fehidro

Os Comitês de bacias hidrográficas realizaram reuniões para análise e hierarquização dos projetos proponentes a tomadores de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos 2018. O Fehidro financia programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas.

Paranapanema Federal

Reunião do grupo de trabalho de acompanhamento da implementação do plano de bacia do Rio Paranapanema, quando foram discutidos e definidos as atividades e prazos para execução das ações de curto prazo do plano de bacia. Na ocasião, foi criado o GT de instrumentos de gestão que será responsável pela implementação das ações.

Relatório de Situação

Os Comitês de bacias hidrográficas aprovaram seus relatórios de situação das bacias 2018 – ano base 2017.

Rio Grande Federal

O Comitê da bacia federal Rio Grande apresentou os resultados dos seminários regionais realizados sobre o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) para divulgação do Manual Operativo do Plano. Na ocasião, deliberou-se pela extinção do Grupo de Trabalho do Plano e criado o GT de acompanhamento.

Comitês Piracicaba, Capivari e Jundiaí

Plenária PCJ para aprovação do edital de processo eleitoral, critério de seleção de empreendimentos para financiamento e proposta de atualização dos valores de cobrança pelo uso da água, no qual o setor industrial representado pela Fiesp e DRs Ciesp posicionaram contrariamente ao mecanismo de atualização automática dos valores anuais através do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), sendo que para 2019 a atualização será de 5%. O assunto do reajuste foi encaminhado ao CNRH e está tramitando nas Câmaras Técnicas até a votação no plenário, onde a FIESP possui representações.

Monitoramento hidrológico

A Câmara de monitoramento hidrológico analisou as condições hidrológicas e as necessidades hídricas de descargas do sistema cadernos de Garantia do Suprimento Hídrico e de Enquadramento do Plano de Bacias PCJ 2020/2035.

MUDANÇA DO CLIMA

Encontro Internacional sobre Precificação de Carbono

O Instituto Clima e Sociedade, a Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Carbon Pricing Leadership Coalition (CLPC) realizaram o Encontro Internacional sobre Precificação de Carbono com o apoio institucional do Carbon Disclosure Project (CDP) da América Latina. O evento foi a 4ª edição da série de eventos “Diálogos Futuro Sustentável” - uma parceria do iCS com a Embaixada da Alemanha no Brasil e contou com a apresentação de experiências da América Latina, em especial do Chile, Argentina, México e Colombia, além de discussões sobre o amadurecimento do tema no Brasil com palestrantes do setor privado, academia e governo.

GESTÃO EMPRESARIAL AMBIENTAL

Rede Brasil do Pacto Global

Elisabeth Laville, fundadora e CEO da consultoria *Thinktank* Francesa Utopies discursou durante reunião do Grupo Temático dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da Rede Brasil do Pacto Global sobre a evolução da sustentabilidade nos últimos anos, sendo integrada nas estratégias de branding e inovação e apresentou cases de empresas que revisaram seus portfólios incorporando-a através da inovação, além de renovar suas estratégias de marca, articuladas ao redor de causas e compromissos muito claros e relevantes.



A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo e de estado reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS com casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarks*.

A seguir, destacamos o caso da empresa BASF, que recebeu menção honrosa no Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental de 2018.

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwtyx>



Clique nos link

Empresa: BASF

Projeto: Triple E – Excelência em Eficiência Energética

A Basf, empresa química alemã, possui sua sede na América do Sul localizada em São Paulo/SP. Com 19 unidades produtivas na região, a empresa possui um portfólio para as indústrias de diferentes setores e também para consumidores finais, dividido em cinco segmentos: Químicos, Produtos de Performance, Materiais & Soluções Funcionais, Soluções para Agricultura e Óleo & Gás.

O projeto Triple E (Excelência em Eficiência Energética) teve como objetivo aumentar a competitividade da BASF pela eficiência energética, melhorando os custos de energia e reduzindo impactos ambientais. O objetivo do projeto consiste na redução global de 40% das emissões de gases de efeito estufa por tonelada de produto vendido até 2020; o aumento da eficiência energética das unidades da América do Sul em 7% até 2025; e, a introdução de um sistema de gestão de energias (norma ISO 50001), nas unidades produtivas que, juntas, representam 90% da demanda de energia primária global da BASF.

As melhorias implementadas já contabilizaram redução do consumo de energia em 21600 MWh/ano; benefícios de 9,4mBRL/ano em custos de energia; e redução de emissões em 3500 ton CO₂eq/ano.

Para conhecer os detalhes do projeto acesse: <https://goo.gl/2EFyHd>

ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



Diplomas legais recentes - Federal

GESTÃO EMPRESARIAL AMBIENTAL

Instrução Normativa Ibama nº 17, de 28 de junho de 2018

Altera a Instrução Normativa nº 11, de 13 de abril de 2018, que que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP e dá outras providências.

Instrução Normativa Ibama nº 16, de 28 de junho de 2018

Altera a Instrução Normativa nº 01, de 02 de janeiro de 2018, que define diretrizes que regulamentam as condições ambientais de uso e descarte de fluidos, cascalhos e pastas de cimento nas atividades de perfuração marítima de poços e produção de petróleo e gás, estabelece o Projeto de Monitoramento de Fluidos e Cascalhos, e dá outras providências.

PROJETOS DE LEI

Recursos Hídricos

PLS nº 317/2018 - Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

PL nº 10.394/2018 - Dispõe sobre gestão de recursos hídricos em edifícios da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

PL nº 10.454/2018 - Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Licenciamento Ambiental

PL nº 10.494/2018 - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, para permitir a exigência de seguro ambiental quando for necessária a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de Relatório de Impacto Ambiental (Rima).

Gestão Empresarial Ambiental

PL nº 10.453/2018 - Dispõe sobre diretrizes e instrumentos para o planejamento de ações de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

PL nº 10.346/2018 - Cria regra para redução progressiva da utilização de plástico como matéria-prima de produtos de uso único.

PLS nº 262/2018 - Altera a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, que dispõe sobre os percentuais de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado no território nacional.

Resíduos Sólidos

PLS nº 263/2018 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável.

Diplomas legais recentes - Estadual

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Resolução SMA nº 78, de 22 de junho de 2018

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho de Orientação do Parque Candido Portinari.

Resolução SMA nº 79, de 28 de junho de 2018

Altera dispositivo da Resolução SMA nº 93, de 06 de setembro de 2017, que constitui o Comitê de Integração dos Planos de Manejo com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para a elaboração, revisão e implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Estaduais, e dá outras providências.

Resolução SMA nº 81, de 28 de junho de 2018

Aprova o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Xitué – EECX, Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, criada pelo Decreto Estadual nº 26.890, de 12 de março de 1987, e dispõe sobre o seu regulamento.

Resolução SMA nº 93, de 26 de julho de 2018

Revoga a Resolução SMA nº 29, de 21 de março de 2018, que estabeleceu normas para a realização de audiências públicas no processo de elaboração ou de revisão de planos de manejo das Unidades de Conservação da Natureza administradas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente ou pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo.

Portaria Normativa FF nº 285, de 11 de julho de 2018

Dispõe sobre os procedimentos voltados à manutenção e conservação da infraestrutura e dos bens móveis e imóveis das unidades de conservação.

Portaria Normativa FF nº 287, de 30 de julho de 2018

Estabelece procedimento e orientações para a instituição de conselhos consultivos das unidades de conservação geridas pela Fundação Florestal.

Resolução conjunta SAA/SMA nº 1, de 9 de agosto de 2018

Estabelece procedimentos para o controle populacional, manejo ou erradicação da espécie exótica invasora javali-europeu, de nome científico *Sus scrofa*, em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento com o porco doméstico, doravante denominados "javalis".

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Resolução SMA nº 70, de 11 de junho de 2018

Dispõe sobre o licenciamento ambiental de intervenções destinadas à conservação e melhorias de rodovias, e sobre o Programa de Gerenciamento de Risco – PGR e o Plano de Ação de Emergência – PAE para transporte de produtos perigosos em rodovias.

Resolução SMA nº 92, de 23 de julho de 2018.

Dispõe sobre o Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites – MAIS e dá providências correlatas.

RECURSOS HÍDRICOS

Decisão de Diretoria Cetesb nº 132, de 11 de julho de 2018

Regulamentação de Critérios Técnicos para o Plano de Monitoramento das Águas Subterrâneas – Subitem 5.10 da Norma P4.231 "Vinhaça – Critérios e Procedimentos para Aplicação no Solo Agrícola";

PROJETOS DE LEI

Gestão Empresarial Ambiental

PL nº 434 /2018 - Proíbe a manipulação, a fabricação, o registro, a importação, a distribuição e a comercialização de cosméticos e produtos de higiene pessoal que contenham em sua composição qualquer tipo de microesferas de plástico, mais conhecidas como microplásticos.

PL nº 498 /2018 - Dispõe sobre a exigência de implantação de programa de "Compliance", definido como Programa de Integridade de Conduta, às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privado com a administração pública direta, indireta e fundacional do Estado.

AVISOS

IBAMA ADOTA NOVAS REGRAS PARA O CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF/APP)

Novas regras de enquadramento no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) entraram em vigor em 29 de junho de 2018. As alterações foram estabelecidas pelas Instruções Normativas (INs) do Ibama nº 11 e nº 12, publicadas em 17 de abril.

O Ibama publicará de julho a dezembro, por tipo de atividade, editais públicos com orientações sobre as mudanças no CTF/APP. As alterações nos cadastros deverão ser realizadas pelos próprios usuários. Após o vencimento dos prazos estabelecidos, o Ibama ajustará os cadastros daqueles que não cumprirem o edital.

Não é necessário aguardar a publicação dos editais para alterar o cadastro no CTF/APP. No caso de atividades que serão excluídas, o usuário poderá fazer login e apontar o dia 29 de junho de 2018 como data de término da atividade. No entanto, deve verificar se esta atividade não se enquadra em outras fichas técnicas do CTF/APP.

As Fichas Técnicas de Enquadramento oficiais estão disponíveis no site do Instituto.

Fonte: Ibama

Link encurtado: <https://goo.gl/NnF2f9>

IMPLEMENTADO O SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DA ORIGEM DOS PRODUTOS FLORESTAIS (SINAFLOR)

O uso do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor), desenvolvido pelo Ibama, tornou-se efetivo a partir de 02 de maio de 2018. O prazo para adesão foi estabelecido pela Instrução Normativa Ibama nº 13, de 18 de dezembro de 2017. Atividades florestais, empreendimentos de base florestal e processos associados sujeitos a controle pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) devem estar obrigatoriamente registrados no Sinaflor ou em sistema estadual a ele integrado.

A Instrução Normativa Ibama nº 14, de 26 de abril de 2018, estabelece regras de transição para solicitações de autorização de atividades florestais protocoladas nos órgãos do Sisnama até 1º de maio de 2018. Exclusivamente nesses casos, o cadastro e a homologação podem ser realizados pelo módulo de Autorização de Exploração Florestal (Autex) do Documento de Origem Florestal (DOF). As solicitações protocoladas a partir de 02 de maio devem ser lançadas diretamente no Sinaflor.

A obrigatoriedade de um sistema nacional integrado para a gestão florestal no país foi estabelecida pela Lei Federal nº 12.651, de 12 de maio de 2012. O Sinaflor vai controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais, rastreando as autorizações de exploração, o transporte, o armazenamento, a industrialização e a exportação.

Fonte: Ibama

<http://www.ibama.gov.br/sinaflor>

Clique nos links



AVISOS

COMPENSAÇÃO E VALORES INDEVIDOS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NA BACIA DO TURVO/GRANDE (CBH-TG)

Fiesp e Ciesp orientam aos usuários pagantes, que solicitem a revisão dos boletos

Em abril de 2018, os usuários da área de abrangência do CBH-TG receberam os boletos, encaminhados pelo DAEE, referentes à cobrança, tendo como base o valor total de 12 meses, dividido em nove parcelas.

Constatou-se que o procedimento utilizado pelo DAEE, para cálculo dos valores, está em desacordo com o preconizado pela Deliberação do Conselho de Recursos Hídricos nº 90/2008 e pelo Decreto Estadual nº 61.346, de 25 de fevereiro de 2015 que determinam o cálculo proporcional da cobrança aos meses subsequentes à emissão do boleto, quando essa não se inicia no primeiro mês do exercício fiscal, sendo vedada a cobrança retroativa.

Fiesp e Ciesp solicitaram esclarecimentos à superintendência do DAEE, quanto aos procedimentos e a revisão do procedimento de cálculo dos valores da cobrança do CBH-TG em 2018. Em resposta, o DAEE constatou a cobrança regressiva e informou que procederá, em períodos subsequentes, a compensação dos valores cobrados retroativamente, conforme preconiza a legislação.

Para quaisquer esclarecimentos, contatar:

Diretoria da Bacia do Rio Turvo/Grande (CBH-TG)

E-mail: btg@daee.sp.gov.br

Tel: (17) 3227 2108 / (17) 3227-5954

TRANSIÇÃO NORMA ABNT NBR ISO 14001: 2015

Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com orientação para uso

O período de transição da ISO 14001: 2015 encerra-se em setembro de 2018. A partir desta data, os certificados obtidos pelas organizações com base na versão anterior, de 2004, não serão mais válidos.

Desta forma, é importante que a organização fique atenta a implementação das ações necessárias para adaptação à nova norma.

Com o objetivo de orientar as empresas neste processo de transição, o DMA elaborou documento com todas novidades da nova versão e encontra-se disponível no endereço:

Saiba mais: <https://goo.gl/9qhA1s>



**PRÊMIO ODS
2018**

O Prêmio ODS reconhecerá iniciativas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) conduzidas por empresas que atuam no Brasil

A ação foi inspirada no SDG Pioneers — premiação realizada pelo UN Global Compact, que reconhece anualmente lideranças inovadoras em sustentabilidade corporativa no mundo. A versão brasileira terá uma categoria exclusiva para pequenas e médias empresas (PMEs).

O período de inscrição dos cases será entre outubro e dezembro de 2018 e o evento de premiação acontecerá em março de 2019. Os critérios para a escolha dos premiados serão embasados nas ferramentas e plataformas disponibilizadas pelo UN Global Compact — como o SDG Compass, guia de implementação dos ODS para o setor privado.

Fonte: Rede Brasil do Pacto Global

Link encurtado: <https://goo.gl/xk8e4u>

MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

PAGAMENTO DA 3ª PARCELA DE 2018 DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA E TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFASP

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental- TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei Federal nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única, servirá como documento comprobatório da efetivação do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFASP, prevista na Lei Federal nº 14.626, de 29 de novembro de 2011. O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Prazo: Até último dia útil de setembro

APRESENTAÇÃO DO ATO DECLARATÓRIO AMBIENTAL – ADA

A quem se aplica: O ADA é um documento de cadastro que possibilita ao proprietário rural uma redução do Imposto Territorial Rural – ITR, em até 100%, sobre a área efetivamente protegida, e deve ser preenchido e apresentado pelos declarantes de imóveis rurais obrigados à apresentação do ITR, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 5/2009.

Como fazer: A declaração deverá ser feita por meio eletrônico, na página do IBAMA na Internet. Para acesso e preenchimento do formulário ADAWeb é necessário que o declarante (seja previamente cadastrado no Cadastro Técnico Federal do IBAMA e, consequentemente, obtenha uma senha. Para a apresentação do ADA não existem limites de tamanho de área do imóvel rural. Será necessário um ADA para cada Número do Imóvel na Receita Federal (NIRF).

Prazo: Até 30 de setembro de 2018

ATENÇÃO PARA O PRAZO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

O prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural foi prorrogado para todos os imóveis rurais. Proprietários e possuidores de imóveis rurais têm até o dia 31 de dezembro de 2018 para fazer a inscrição no CAR. O prazo foi prorrogado pelo Decreto Federal 9.395, de 30 de maio de 2018.

A inscrição no Cadastro Ambiental Rural até o final do prazo garante aos proprietários e possuidores de imóveis rurais os benefícios previstos no Código Florestal Brasileiro, Lei Federal Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. A partir de 2019, o crédito agrícola só será concedido para imóveis rurais com inscrição no CAR. No estado de São Paulo, os imóveis rurais devem ser inscritos no SICAR-SP.

Maiores informações: <http://www.car.gov.br/>

AGENDE-SE



14º PRÊMIO FIESP DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

Em sua 14ª edição, o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água continua sua missão de reconhecer os esforços da indústria paulista em reduzir o consumo e o desperdício de água.

OBJETIVOS

O Prêmio objetiva demonstrar os benefícios ambientais, sociais e econômicos nas boas práticas de gestão de água.

QUEM PODE PARTICIPAR?

Empresas de micro ou pequeno porte, de médio ou grande porte e concessionárias de saneamento, que tenham implantado medidas de conservação e reúso de água.

CRONOGRAMA

- Inscrição no *site* da Fiesp: até **07 de dezembro de 2018**.
- Envio de projetos por via eletrônica: até **14 de dezembro de 2018**.
- Solenidade de premiação: **data a definir**.

Para mais informações, acesse:
<http://www.fiesp.com.br/premioagua>

Expediente

O Informe Ambiental é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e Diretoria do Ciesp. Circulação bimestral

Fotografias: Everton Amaro, Helcio Nagamine

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | cdma@fiesp.com | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>